

A GEOGRAFIA, O MÉTODO E SEU OBJETO: UMA LEITURA A PARTIR DE SANTOS (1996), GREGORY (1992) E GOMES (1996)

Suzete Câmara da Silva Figueiredo¹

Francisco Aracildo de Moura²

Diêgo Rodrigues da Silva³

Resumo

O presente artigo destina-se a apresentar o diálogo possível e pertinente entre as obras de Santos (1996), Gregory (1992) e Gomes (1996) no que diz respeito à compreensão da Geografia, as discussões que envolvem o método, bem como a definição e entendimento do objeto de estudo desta. No cerne desse estudo, encontra-se o homem e a terra e as relações que envolvem estes elementos de modo que fica evidente a necessária existência de um sistema. Portanto, a leitura e escolha das obras referenciadas, bem como a presente pesquisa, justificam-se pela possibilidade de apresentarem o tripé método, objeto e bases epistemológicas da Geografia, onde foi possível estabelecer um diálogo que alcance a sociedade e a comunidade acadêmica, haja visto que essa temática gera ainda muitos questionamentos. Traz-se luz a essa dialética que ora se instala.

Palavras-chaves: Método. Espaço Geográfico. Abordagem Sistêmica.

GEOGRAPHY, METHOD AND ITS OBJECT: A READING FROM SANTOS (1996), GREGORY (1992) AND GOMES (1996)

Abstract

This article is intended to present the possible and pertinent dialogue between the works of Santos (1996), Gregory (1992) and Gomes (1996) with regard to the understanding of geography, the discussions involving the method, as well as the definition and understanding of the object of study of this. At the heart of this study is man and earth and the relationships that involve these elements so that it is evident the necessary existence of a system. Therefore, the reading and choice of the referenced works, as well as the present research, are justified by the possibility of presenting the tripod method, object and epistemological bases of Geography, where it was possible to establish a dialogue that reaches society and the academic community, since this theme still generates many questions. Light is brought to this dialectic that now settles.

Key words: Method. Geographic Space. Systemic Approach.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Email: susilva_oi@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Email: aracildomoura@yahoo.com.br

³ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRN. Email:diego.uneal@gmail.com

GEOGRAFÍA, MÉTODO Y SU OBJETO: UNA LECTURA DE SANTOS (1996), GREGORY (1992) Y GOMES (1996)

Resumen

Este artículo pretende presentar el diálogo posible y pertinente entre las obras de Santos (1996), Gregorio (1992) y Gomes (1996) con respecto a la comprensión de la geografía, las discusiones relacionadas con el método, así como la definición y comprensión del objeto de estudio del mismo. En el corazón de este estudio está el hombre y la tierra y las relaciones que involucran estos elementos para que la existencia necesaria de un sistema se haga evidente. Por lo tanto, la lectura y elección de las obras a las que se hace referencia, así como la presente investigación, se justifican por la posibilidad de presentar el método del trípode, el objeto y las bases epistemológicas de la Geografía, donde fue posible establecer un diálogo que llegue a la sociedad y a la comunidad académica, ya que este tema todavía genera muchas preguntas. La luz es llevada a esta dialéctica que ahora se asienta.

Palabras clave: Método. Espacio Geográfico. Enfoque sistémico.

INTRODUÇÃO

Nos primórdios, a Geografia parecera vinculada a estudos, conceitos e teorias que aconteciam em paralelo e sem aparente conexão. Hoje, contudo, sente-se a necessidade de que seus estudos não ocorram por partes ou isolados, uma vez que as discussões e análises da ciência geográfica são pautadas pela inseparabilidade das partes, ou seja, é necessário compreendermos a Geografia como uma ciência que reúne elementos que se concatenam em um sistema no qual sua análise deve ser considerada a partir do meio e das relações antrópicas que se estabelecem neste meio, ou seja, no espaço geográfico.

Dessa maneira, o presente artigo pretende apresentar o diálogo possível e pertinente a partir da leitura das obras de Santos (1996), Gregory (1992) e Gomes (1996) no que diz respeito à compreensão da Geografia, as discussões que envolvem o método, bem como a definição e entendimento do seu objeto de estudo, trazendo a luz o Espaço enquanto objeto da ciência geográfica. À Geografia cabe fazer a descrição dos lugares, mas, não pode se furtar de compreender como as ações se dão nos lugares e de que modo há relações entre essas ações e os lugares e, como são mediadas pelo Espaço. Objeto e método de análise são importantíssimos nesse processo.

Esse diálogo é possível e pertinente haja visto que as obras em destaque tratam de aspectos semelhantes relacionados a epistemologia da ciência, do método e do objeto da Geografia, trazendo luz ao pensamento geográfico, no contexto da Geografia Clássica, a partir

de teorias resultantes de esforços significativos no sentido de se alcançar avanços teórico-metodológicos em ideias/conceitos à época. Por outro lado, os pontos de divergência entre os autores enriquecem o debate e viabiliza o surgimento de novas ideias.

Assim, a integração dos Sistemas tem base na física de Newton (1687 *apud* Huisman; Ribes, 1990). Assim, a Geografia se aproxima de ciências correlatas, construindo um pensamento integrado a partir da compreensão de um sistema que não é uníssono, que faz uso de pensamentos filosóficos para que seja compreendido enquanto totalidade. O iluminismo, segundo Gomes (1996), foi capaz de valorizar as partes, no lugar para se compreender como age no espaço e, portanto, a ser considerado na ciência geográfica.

A razão se sobrepõe a emoção, iniciando, assim, a modernidade na Geografia. Desse modo, chega-se ao Século XX com a teoria dos sistemas como elemento unificado, tendo como base: Ciência, Tecnologia e Filosofia, sem os quais não se pode compreendê-los separadamente. Com a valorização das ciências exatas na segunda metade do Século XX, as monografias regionais já não dão conta de explicar a realidade geográfica, sendo então descartadas como modo de fazer ciência.

A técnica ocupa grande centralidade na concepção de espaço geográfico em Santos (1996). Com a incorporação dessa categoria filosófica, Santos busca superar a dicotomia sociedade/natureza. Para ele, toda relação existente entre a natureza e o homem é mediada pela técnica. A técnica é, no dizer de Santos (1996), originalmente a matéria trabalhada e toda ação humana é por natureza um ato técnico. Assim, não há uma relação explícita entre homem e natureza, mas a reprodução do espaço mediada pela técnica.

Nesse contexto, o rigor científico pauta a Geografia, mas o Determinismo de Ratzel (1987) continua sendo usado como base para compreensão desta ciência. Com Bertrand e Dollfus (1973), tem-se o conceito de Geossistemas onde tudo está integrado. Com La Blache (1985), temos as análises a partir da interação sociedade/natureza. As técnicas, as sociedades e o meio geográfico formam um conjunto coerente. A técnica e o território vivem uma relação recíproca de constituição. Em Santos (1996) a natureza e o papel das técnicas são tratados a partir do Espaço, um conjunto sistêmico de objetos e de ações que são indissociáveis.

Assim, La Blache (1985) seria o precursor no entendimento da técnica e este seria adotado pelos estudiosos posteriormente? A Teoria dos Sistemas contribui de maneira inegável para a Geografia Moderna e as correntes do pensamento geográfico? As correntes filosóficas e métodos científicos conferiram aos estudos geográficos novas perspectivas de abordagem?

A fim de responder tais questões e viabilizar o entendimento destas, o presente artigo encontra-se dividido em três seções além desta introdução e as considerações finais, a saber: Descrição e interpretação na história da Geografia; A abordagem sistêmica e o método na Geografia; A Geografia e seu objeto de estudo.

DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

O que faz da Geografia uma ciência? A busca por seu objeto de estudo é central nessa definição? As discussões concentraram-se durante longos anos sobre qual seria esse objeto de estudo e como a Geografia poderia tornar-se ciência. Originalmente com os gregos, a Geografia surge na Antiguidade Clássica como a descrição (“grafia”) da Terra (“Geo”), estudo pretendido para descrever a superfície da Terra. Posteriormente, a compreensão que se teria transformaria o modo de encarar a Geografia e seu objeto de estudo, o espaço geográfico.

Um ponto de divergência entre os autores, é que, diferentemente de Santos (1996), para Gomes (2009) a posse de um objeto não garante à ciência um estatuto próprio. Antes, seu lugar como província do saber resultaria do tipo de pergunta atrelada à sua natureza epistemológica. Para o autor, no caso da Geografia seria quanto as coisas, pessoas e fenômenos, qual sentido determina a ordem destes?

Em a Natureza do Espaço, Santos (1996) afirma que o objetivo dessa obra é justamente trazer luz a essa discussão original da Geografia quanto a descrição, apontando que é necessário ao mesmo tempo um sistema descritivo e interpretativo, ou seja, a descrição da terra e de seus habitantes e a relação destes, incluindo a ação humana, porque descrição e explicação são inseparáveis. Torna-se, portanto, imprescindível, a existência de um sistema. Na gênese da discussão do par aparentemente dialético, descrição/interpretação está o sistema, porque segundo essa concepção de par já se tem um sistema, porque do contrário, se teria peças isoladas.

Estaria a descrição e a interpretação na Geografia relacionadas apenas ao contexto da Geografia Física? A descrição e interpretação da Terra em seus aspectos exclusivamente naturais? Assim, na obra Geografia e Modernidade, Gomes (1996) considera que a Geografia já no século passado se interessava pelo conjunto das discussões que envolvem as concepções do homem dentro da natureza, suas relações recíprocas, os limites do conhecimento, as relativizações da cultura, entre outras, muito próximas das ciências sociais, mas estão no cerne das preocupações dessa ciência.

Nem sempre foi assim. O século XVIII, em termos de Geografia, foi marcado por conhecimentos e produções esparsas e sem cunho científico, nada sistematizado. Não havia uma produção formal padronizada e contínua. O que se tinha eram relatos de viagem, escritos literários, descrições de lugares exóticos, relatórios estatísticos, dentre outros. Contudo, tais conhecimentos foram responsáveis por darem condições científicas posteriormente para a Geografia. Tal indefinição só foi superada no fim do século XVIII, quando pode afirmar-se tanto no que diz respeito ao desenvolvimento material e ao progresso técnico, quanto ao estabelecimento da ciência moderna no que concerne aos fundamentos filosóficos.

As produções geográficas que se sucederam entre os anos de 1870 a 1950 concentraram-se nas teorias e métodos da Geografia Tradicional, o que possibilitou o processo de sistematização da ciência geográfica, bem como a produção de estudos regionais e o desenvolvimento de conceitos muito importantes da Geografia. Contudo,

a impressão emanada, por volta de 1950, era a de que a Geografia Física se estava tornando um campo de pesquisas disparatado, com poucos sintomas de estudo integrativo dos componentes do meio ambiente físico [...] mas havia algumas tentativas para o tratamento das inter-relações das características ambientais, talvez mais sensivelmente na URSS. (GREGORY, 1992, p. 65).

Strahler (1951) esboça traços da abordagem sistêmica quando apontou para novas direções da Geografia Física, a partir das definições subsequentes que se voltariam para relações com a Geografia Humana, a integridade do meio ambiente físico e o conhecimento dos processos físicos, com fins a uma Geografia Física aplicável. Contudo, as inúmeras definições que surgiram nesse período mostravam ainda uma dificuldade em chegar a consenso sobre a identidade desta. Também nesse período, a mensuração torna-se aspecto relevante nas investigações. A mensuração havia há muito, por influência do Positivismo, sido assumida como aspecto necessário das investigações científicas. O conseqüente debate estabeleceu-se sobre uma das condições centrais de que as teorias deviam ser sustentadas por fatos.

Tal dicotomia foi sendo influenciada pela introdução de uma abordagem sistêmica (Shorley, 1971). Nesse sentido, Santos (1996) aponta a importância do sistema a partir do par descrição e explicação, estes inseparáveis, haja vista que a explicação aponta que em sua origem está um sistema prévio que por sua vez, constitui-se na base da descrição. O sistema, então, seria responsável por manter a relação entre as partes de maneira que não se tenha peças isoladas, o que não favoreceria a construção coerente do ramo do saber e conseqüentemente do objeto de estudo que torna aquele uma ciência.

Nesse contexto, Santos (1996) considera que a despeito da discussão que circunda o objeto da Geografia, o que se tem é uma discussão inesgotável sobre o que ela é. Outra insatisfação do autor está relacionada ao par espaço-tempo que considera inseparáveis, contudo padecia de discussões frágeis, bem como a importância dada ao lugar o que justifica o esgotamento da temática, compreendendo a terceira insatisfação. O autor supracitado ainda aponta sua insatisfação no que diz respeito a superficialidade em que se mantém o discurso no tratamento da realidade, considerando a produção de um sistema, ficando a Geografia presa a estudos genéricos a esta. Por fim, considera a dificuldade em definir o objeto de pesquisa e o desejo de integrá-lo em uma metadisciplina, o que demonstra que o conhecimento deve ocorrer em sistema, um saber geral.

Um atributo peculiar na teoria miltoniana, é que a abordagem sistêmica coexiste com uma forte influência materialista, histórico dialética, que o permite analisar o conceito abstrato de Espaço a partir de pares dialéticos (densidade/rarefação, espaços luminosos/opacos, fluidez/viscosidade, verticalidades, horizontalidades) que funcionam como categorias de análise para o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que compõem o espaço geográfico.

Evidencia-se, portanto, o papel do par descrição e explicação, bem como de outros pares dialéticos na construção da Geografia e na compreensão das mais variadas relações acontecidas no Espaço Geográfico e o entendimento de que essa compreensão integral só será possível do ponto de vista do sistema. A Geografia Física e Humana assumem o sistema como uma abordagem integradora.

A ABORDAGEM SISTÊMICA E O MÉTODO NA GEOGRAFIA

A abordagem sistêmica oferece uma metodologia unificadora e mais do que isso, integradora, embora inicialmente não tenha oferecido o efeito imediato. Isso se deveu ao fato de que a Geografia sofreu fortes influências do Positivismo Lógico em suas origens e assim, possuía uma metodologia descritiva, arraigada na visão cartesiana, própria do século XVII e XVIII, cuja ciência desenvolvia-se a todo vapor. Assim, a Biogeografia, Geografia dos solos, Climatologia e Geomorfologia adotaram sucessivamente essa metodologia (GREGORY, 1992).

Em termos de integração da Geografia Física com disciplinas correlatas, uma abordagem sistêmica é sem dúvida bem-sucedida. Adotando a terminologia da abordagem

sistêmica a comunidade é aperfeiçoada com outras disciplinas. Bennett e Chorley (1978) produziram um texto cuja teoria dos sistemas pudesse oferecer um diálogo interdisciplinar; proporcionar uma teoria integrada relacionando a teoria social e econômica às teorias física e biológica; consideravam a interação do homem nos sistemas naturais.

O conceito de sistema surgiu com Newton (1687). A Geografia Geral e Sistemática foi herdada da física newtoniana e das ciências naturais a partir do século XVIII, marcada por um empirismo racionalista. A herança filosófica da Geografia é atribuída a Kant (1967, 1987) e a Herder (1991). Kant (1967, 1987) é apresentado como o primeiro pensador a construir um discurso científico da Geografia, reforçando um posicionamento mais racionalista, enquanto Herder (1991) destaca-se pela importância no contexto da hermenêutica moderna e da ciência romântica, bem como pelo entendimento do gênero de vida através do meio ambiente e da cultura (GOMES, 1996).

Kant (1967, 1987), juntamente com Hegel (1949, 1967), Marx (1977) e Comte (1830 *apud* Huisman; Ribes, 1990), compõem o que Gomes (1996) chamou de o primeiro polo epistemológico fundado no século das Luzes, que utilizou, para a explicação do mundo, a razão como argumentação organizada, lógica e sistematizada e a crítica como seu princípio fundador. O segundo polo, também deste período, valoriza o processo intimista, a tradição, e o poder do sentimento, se comportando de maneira contrária ao primeiro polo e, portanto, passa a ser chamado de Contracorrente (ver tabela 1).

Tabela 1. As contracorrentes e suas características

CONTRACORRENTES	CARACTERÍSTICAS
FILOSOFIA DA NATUREZA	A razão como totalidade da vida e, portanto, alvo das maiores críticas, porque as abstrações que daí resulta, dessa racionalidade, afasta o homem da religião e do sagrado.
ROMANTISMO	A obra de arte é valorizada, diferenciando-se das correntes racionalistas pela finalidade do conhecimento, pelo método e pelos temas.
HERMENÊUTICA	Considera a dimensão invisível um núcleo substancial, cuja natureza foi o grande laboratório da hermenêutica moderna.
FENOMENOLOGIA	O fenômeno é entendido pela percepção, cujo conhecimento depende do entendimento humano. Tida como caminho científico construído pela consciência. Definida como intuição pura. Considera a racionalidade um elemento fundamental da ciência, mas não é o centro do conhecimento.

Fonte: adaptado de Gomes (1996).

Sauer (1941, 1963) é uma das primeiras referências à fenomenologia na Geografia que é fundamentalmente um método, centrado nas experiências vividas cotidianamente. Yi-Fu Tuan

(1974, 1976) aponta a fenomenologia como possibilidade de contato entre o mundo e as significações, revalorizando o lugar a partir do espaço vivido. Bailly (1994) considera que a geografia humanista é aquela que apela para a lógica do mundo sensível. Relph (1970) afirma que maiores contribuições do humanismo se situam na valorização cotidiano e na crítica a ciência racionalista. A corrente fenomenológica, dessa forma, parece não estabelecer uma base autônoma para a Geografia (GOMES, 1996).

Segundo Gomes (1996), após a Segunda Guerra Mundial, a Geografia ressurgiu com um positivismo crítico cujo conhecimento devia associar-se as concepções lógicas e matemáticas. A Nova Geografia ou ainda Geografia Teorética ou Quantitativa, como ficou conhecido esse movimento, tem como referência pensadores a exemplo de Sauer (1941, 1963), Hartshorne (1939) e Schaefer (1953, 1992) que, com o tempo, começam a observar novas perspectivas e criticar sua produção. Voltam-se, então, à valorização dos comportamentos sociais e do saber que transforma a sociedade e, portanto, ao materialismo histórico dialético de Karl Marx (1977). La-Coste (1976) revaloriza a preocupação espacial e a consciência do seu papel social em Eliséé Reclus (1981).

Lefebvre, a partir de 1980, aponta a espacialidade como base para a construção social e assim, a geografia não mais se construirá enquanto ciência a partir do materialismo, ressaltando a descrença em uma via metodológica única. O humanismo que ressurgiu como horizonte retoma a essência e a origem perdida da ciência, lançando mão de uma visão antropocêntrica, holística e o homem como produtor de cultura. Os humanistas, portanto, renovam a imagem do mundo e devolve ao centro de seus estudos o homem (GOMES, 1996).

Essa perspectiva positivista recairá sob o estudo dos sistemas que, segundo Gregory (1992), foram definidos como conjunto de elementos com características variáveis, mantendo relações entre as características dos elementos e entre estes e o meio ambiente. Dessa maneira, a teoria é essencialmente indutiva. Harvey (1969), observou que o conceito de sistema ficaria às margens do interesse científico. Outros estudiosos se seguiram e contribuíram no sentido de legitimar essa teoria e torná-la aplicável, bem como também proporcionar a integração entre as ciências. O biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1901-) propôs a teoria geral dos sistemas, como forma de unificá-las e tornar a teoria aplicável, a partir de 3 aspectos: ciência dos sistemas, tecnologia dos sistemas, filosofia dos sistemas.

As décadas de 1950 e 1960 as ciências matemáticas tornam-se referência nos estudos, ocorrendo um movimento no sentido das outras disciplinas assumirem-nas como pontos de coerência, rigor e objetividade, cuja Teoria Geral dos Sistemas seria uma importante ferramenta

em comum para todas as ciências. Nesse momento, Ratzel (1987) e seu determinismo embasado de rigor científico tem destaque, bem como a análise espacial a partir da concepção sistêmica que passa ser um importante instrumento para difundir essa perspectiva de estudo. David Harvey (1969) julga as monografias regionais insuficientes para entender aquele momento e, portanto, busca estabelecer uma fronteira que diálogo entre o antigo e novo, compreendendo a ciência moderna (GOMES, 1996).

Gomes (1996) aponta Humboldt (1848) como o fundador da Geografia Moderna, estabelecendo novas regras, lançando mão de relatos de viagem, produzidos a partir da descrição e da observação, mas aliadas a comparações e raciocínios gerais de fundo evolutivo, considerando a Filosofia da Natureza para “poetizar as ciências”. Nesse percurso, destaca-se Ritter (1974) no estabelecimento de bases novas para um saber sistematizado e uma metodologia formal. Contudo, há certa dificuldade em classificá-lo, tanto pela união da metafísica cartesiana com o irracionalismo romântico, quanto pelo discurso aparentemente contraditório que ora recorre a hermenêutica da natureza, ora ao modo científico positivo mais genuíno.

Gregory (1992) também atribui a Humboldt (1848) a atenção dada à abordagem sistêmica que remonta a antiguidade, a partir da focalização das pesquisas e a criticidade dos conceitos geográficos. Embora tenha havido desde então contribuições no sentido de desenvolvê-la, a abordagem não encontra consenso entre os geógrafos, pois muitos a consideram neopositivista. O conceito de Geossistema criado por Bertrand e Dellfus (1973) e fundamentado na Teoria Geral dos Sistemas pretende geografizar dentro de duas esferas a natural e a social, tratando-se de um conjunto de elementos interdependentes que interagem com objetivos comuns para formar um todo.

Dessa maneira, a Geografia é apontada por La Blache⁴ como ciência de contato, abrangendo a relação sociedade/natureza e assim a Teoria Geral dos Sistemas estudaria a natureza considerando a intervenção do homem, difundindo a ideia de totalidade. O caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensão em alcançar a totalidade são apontados como elementos fundamentais na apresentação do fato moderno, do novo. Sabe-se que o novo é imposto sistematicamente no lugar do tradicional, mas antes de haver essa substituição o que se impõe é uma ruptura, uma transformação profunda.

⁴ O método em La Blache (1985) consiste em: observação, comparação e conclusão (GREGORY, 1992).

A Geografia passa a assumir novas correntes filosóficas e métodos científicos em seu percurso histórico e filosófico no contexto do projeto da Modernidade e a partir da segunda metade do século XX. Tem-se, portanto, atualmente, os métodos científicos: o hipotético dedutivo do positivismo e sua análise do real por meio de deduções, privilegiando o objeto em detrimento do sujeito; o dialético cujas transformações sujeito-objeto são recíprocas e as relações contraditórias não são tidas como soberanas; o fenomenológico em que há a sobreposição do sujeito sobre o objeto, partindo de uma visão daquele (SPOSITO, 2004) e o Geossistêmico, que apreende os fenômenos da natureza como um sistema, um geossistema.

Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo. (SANTOS, 1996, p.19).

O método, nesse caso, dar-se a partir dessas categorias analíticas e os instrumentos de análise. O método em ciências sociais acaba por ser a produção de um “dispositivo artificial” cujo enredo é permeado por verdadeiras modelizações qualitativas. A técnica, do ponto de vista de sua centralidade, reúne categorias interna e externas, permitindo uma coerência. “A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro” (SANTOS, 1996, p. 23).

A discussão sobre o objeto de estudo deve estar no âmago das discussões antes mesmo daquelas que envolvem a disciplina, segundo Santos (1996), por considerar que esta é subordinada a aquela. Portanto, o espaço ocupa o cerne da discussão e porquanto não pode ser compreendido sem um método. Este possibilitará um eixo de categorias que permitirá analisar o espaço corretamente.

A GEOGRAFIA E SEU OBJETO DE ESTUDO

O espaço não pode ser compreendido sem a técnica. A técnica o permitirá conhecê-lo e entendê-lo. O espaço sofre sucessivas transformações ao longo do tempo e, portanto, esse meio que se segue é impregnado de técnicas. Santos (1996, p. 29) afirma ainda que a “principal relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre homem e o meio, é dada pela técnica”. A técnica representa a dessacralização da natureza original, atribuindo um conteúdo humano que lhe confere a condição de espaço geográfico.

A técnica, portanto, é elemento de constituição e transformação do espaço de onde se pode falar em território, porque a decorrência disto é a apropriação antes da técnica e depois dos meios para se chegar a tanto e da produção final, ou seja, do produto. Este, por sua vez, é capaz de se apropriar de determinados “espaços”. Assim, a relação entre o homem e o meio é dada pela técnica. É por meio dela que o homem produz o espaço e se reproduz nele. Tal reprodução permite certo volume de transformações que se sucedem e se acumulam ao longo do tempo, permitindo uma periodização que se julga acumular transformações semelhantes.

Na periodização de Santos (2008) o Meio Natural era aquele em que a natureza determinava os processos sociais, permanecendo até as revoluções industriais, onde inicia a segunda periodização, o Meio Técnico, cuja natureza encontra-se já dominada pelas relações sociais, representando um espaço mecanizado, denso, marcado pelos problemas ambientais. O terceiro meio, ou Técnico Científico Informacional, é notadamente marcado pela ciência e pela informação, a serviço de um mercado cada vez mais exigente, veloz e próximo.

O homem produz espaço e realiza sua vida através das técnicas que compreendem um conjunto de meios sociais e instrumentais para tanto. E, embora importante na ciência geográfica a técnica não recebeu a devida atenção, parecendo não ser parte do território, elemento que contribui para seu entendimento e sua transformação. Gomes *apud* Santos (1996) ensina que o espaço é uma forma-conteúdo, ou seja, uma forma que só existe em relação aos usos e significados que nela existem e que têm nela sua mesma condição de existência. Assim, é possível entender que o espaço não é algo pronto, mas em construção.

Segundo Santos (1996), o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações que não se dissociam e é através desses que ele trata a natureza e o papel das técnicas assim como do movimento da produção e da vida. Em La Blache (1985), as técnicas formam um conjunto coerente com as sociedades e o meio geográfico que as utilizam e as acolhe, respectivamente, considerando o conceito de Gênero de Vida. A técnica e o território vivem uma relação recíproca de constituição.

Dessa maneira, não há explicação da técnica pela técnica. A técnica por si não explica nada. E, assim como não é possível compreender o território sem ação técnica, também não é possível compreender a técnica sem um território. Se entendidos, por ordem conceitual, a técnica precede o espaço, que precede o território. Mas como instâncias sociais, eles são interdependentes, absorvem e são absorvidos por outras instâncias, como a economia, a política, o tempo.

Pode-se concluir que a técnica existe como um meio e fim, portanto, seus elementos são reveladores de um tempo, com idades diferentes que podem se suceder ou conviver. O conjunto desses elementos diferentemente datados presentes em porções do território são chamados por Santos (1996) de subsistemas técnicos. A forma como esses subsistemas se combina impactará nas formas de vida possíveis em determinadas áreas.

Gomes (1996) aponta que meio é o campo de ação e existe na Geografia, no contexto epistemológico, como uma manifestação real e concreta, sendo ponto de investigação da ciência. Segundo o autor, o estudo do meio é o ponto de partida, mas é preciso observar o movimento dos elementos que o compõem e a ação do homem que se constitui como força transformadora. O conjunto dessas ações, particulares e específicas de cada grupo, levando a uma maneira de viver e ser, também próprias, foi chamada Gêneros de vida que expressam os meios desenvolvidos por uma coletividade afim de sobreviver, a partir da superação dos desafios impostos pela natureza, permitindo um grupo reproduzir-se historicamente.

Tal reprodução que se dá tem como substrato o espaço, haja vista que este compreende um sistema de valores, que se transforma permanentemente, ao contrário da paisagem, um sistema material parcialmente imutável. Assim, a forma *per se* não permite uma dialética, quanto menos entre paisagem e sociedade, porque esta atribui-lhe função que também não é imutável. A sociedade termina por agir sobre ela própria e não sobre a forma de maneira exclusiva, garantindo que a dialética aconteça entre àquela e o espaço, pois congrega um volume de transformações.

Nesse contexto, Santos (1996, p.116) afirma que a “totalidade é a realidade em sua integridade que, se apresente diferente em tempos diferentes. [...]. A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento”. Considere-se, ainda as coisas e todos os homens, da maneira que o são e assim, a totalidade evolui sempre para tornar-se outra e nesse movimento é possível identificar partes, sua divisão. Portanto, Sartre (1991) colabora apontando que a totalidade é o resultado, a totalização é processo que gera unificação, fragmentação e individuação, resultando na criação dos lugares.

Dessa maneira, os lugares são resultado desse movimento se criando e se renovado, impulsionados pelo movimento da sociedade. Tal movimentação e consequente diferenciação espacial se projeta a partir da divisão territorial do trabalho, processo que permite os recursos disponíveis se distribuírem social e geograficamente. Recurso é tudo aquilo com potencial de ação que pode ser oferecido aos homens, sendo material ou não, natural ou não, no contexto

individual ou institucional. Assim, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores podem ser recursos (SANTOS, 1996).

Considerando o lugar, “a cada momento cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade” (SANTOS, 1996, p.133). O movimento do espaço resulta desse movimento dos lugares que não é unidirecional, mas é discreto, heterogêneo, desigual e combinado. Assim, os lugares quando constituídos são um resultado e uma condição, senão um fator. Em Santos e Silveira (2001, p.21), “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”, de acordo como se encontram distribuídos no espaço.

Nesse sentido, em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este eixo é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Tem-se aqui, o eixo das coexistências. (SANTOS, 1996, p. 159).

O tempo dos homens e o viver social é o tempo da simultaneidade, pois não há padronização para todos os homens, todas as empresas ou todas as instituições. O tempo que se sucede apresenta a evolução da técnica que é reveladora do tempo. Segundo Santos (1996) o tempo da sucessão é abstrato, bem como o tempo da simultaneidade é concreto, haja visto que é o tempo de todos. E o tempo atual é condicionado pela informação, determinando o Meio Técnico Científico Informacional.

Santos considera o espaço como uma “acumulação desigual dos tempos”, isto é, o tempo presente é resultado da coexistência de técnicas de diferentes períodos, que adquirem novos sentidos a partir dos conteúdos sociais produzidos, ao mesmo tempo em que esses, são também modulados pelas técnicas que condicionam sua existência. (materialismo dialético). Nessa perspectiva, a técnica situa também o eixo da coexistência, mediante ao que Sartre (1991) chamou de “prático-inerte”, heranças do passado como novos conteúdos no presente.

O conteúdo em técnica e ciência presente no meio geográfico determina o surgimento de novos comportamentos humanos que provocam a necessidade cada vez mais rápida da utilização de recursos técnicos, constituindo-se na base operacional de ações sociais automáticas ou involuntárias. Nesse sentido, as chamadas Tecnosfera e Psicosfera, são dois

pilares com os quais a racionalidade e a irracionalidade são introduzidas pelo meio técnico-científico no território (SANTOS, 1996).

Outro ponto fundamental e direcionador dentro da análise do sistema técnico atual é o estudo das redes. Por definição, as redes se “enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 1996, p.262.). Considerando este último aspecto, a rede também pode ser política por causa das pessoas, mensagens e valores presentes no dado social. Sem considerar esses pontos e se deter apenas na materialidade, a rede torna-se só uma abstração (SANTOS, 1996).

O espaço é compreendido pela técnica que permitirá conhecê-lo e entendê-lo, porque aquele é impregnado de técnicas e são por meio destas que se dão as relações entre homem e o meio. Portanto, a técnica atribui um conteúdo humano, sendo elemento de constituição e transformação do espaço, haja vista que o homem produz o espaço e se reproduz nele. Tal reprodução que se vê, permite certo volume de transformações e é essa totalidade que a Geografia se preocupa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constante busca por demonstrar sua vitalidade como província do saber exigiu da Geografia – encabeçada por geógrafos de grande envergadura – um grande esforço de aproximação do seu aporte teórico-conceitual à parcela do real que lhe exige interpretação. Tributária da filosofia clássica alemã, a Geografia edificou seu arcabouço teórico-metodológico, sob a égide do positivismo, sendo uma das derradeiras entre as ciências sociais a promoverem uma cisão, ainda que parcial, com os postulados das ciências clássicas.

Longe de esgotarem as discussões entorno da epistemologia da ciência, do método e do seu objeto, obras como “A Natureza da Geografia Física” (GREGORY, 1992), “Geografia e Modernidade” (GOMES, 1996) e, “A Natureza do Espaço” (SANTOS, 1996), trouxeram contribuições valiosas para a atualidade do saber geográfico. Ao revisitarem parte do itinerário de estudos que compõem a evolução do pensamento geográfico, os autores assinalam, no curso de suas teorias, significativos avanços teórico-metodológicos resultantes de ideias/conceitos gestados no contexto da Geográfica Clássica.

Rumando na perspectiva de Gomes (1996), a Geografia é uma ciência cujo veio epistemológico foi forjado no contexto do projeto da Modernidade. Na esteira do esgotamento do modelo dualista clássico, a partir da segunda metade do século XX, o processo de renovação

da Geografia encontrou ancoragem na incorporação de novas correntes filosóficas e métodos científicos que possibilitaram a revisão de conceitos e o refinamento de teorias que conferiram maior fôlego aos estudos geográficos.

Ora, é legado incontestado, por exemplo, a contribuição da Teoria dos Sistemas para a Geografia Moderna, e seus variados desdobramentos entre as correntes do pensamento geográfico. Desde a busca de Humboldt (1848) pela descoberta de leis gerais que explicassem os fenômenos naturais ao conceito de Geossistema com Bertrand e Dellfus (1973), verifica-se uma estreita relação entre o processo histórico, o método e a evolução do conhecimento científico. Isso reflete não apenas no processo temporal de amadurecimento das ideias, mas também o fato de que estas respondem às demandas do seu contexto histórico, impulsionando mudanças mais ou menos expressivas nos estudos geográficos.

É neste sentido que ao elevar o espaço à condição de conceito-chave na Geografia, Santos (1996) recupera da Geografia Clássica francesa o papel de centralidade da técnica, atribuindo-lhe, todavia, um novo sentido. Decerto, La Blache (1985), dentre os primeiros geógrafos, chamou a atenção para a importância da técnica. Ele, contudo, a considerava como um dado do espaço, enquanto Santos a eleva à condição de categoria constitutiva deste. Rompendo uma visão dualista e estática, o espaço passa a ser compreendido como um híbrido, resultante da indissociabilidade dos sistemas de objetos e de ações. Uma totalidade em movimento.

Sugere-se, para o prosseguimento destas reflexões iniciais, um diálogo mais aprofundado e enraizado na Filosofia no sentido de compreender o método a partir de Sartre (1991), por exemplo, haja vista que essa pesquisa se trata de uma reflexão inicial e de um exercício de diálogo entre obras. Bem como, confrontar autores com ideias distintas no sentido de estabelecer um discurso mais embasado.

REFERÊNCIAS

BENNET, R. J.; CHORLEY, R. J. **Environmental Systems: Philosophy Analysis and Control**. London: Methuen.

BERTRAND, G; DOLLFUS, O. Le paysage et son concept. **L'Espace géographique**, n.3, 1973, pp.161-163

COMTE, A. **Cours de philosophie positive**, 1830, citado por HUISMAN, B; RIBES, F. Les philosophes et la nature. Paris: Bordas, 1990

CHORLEY, R. J.; KENNEDY, B. A. **Physical geography: a systems approach**. London: Prentice-Hall International, 1971.

GREGORY, K. J. **A Natureza da Geografia Física**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. **In:** MENDONÇA, Francisco *et. al.* (ORG.) Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan Antonina, 2009, 13 – 30p.

HARTSHORNE, R. **The nature of geography**. University of Minnesota, 1939

HARVEY, D. W. **Explanation in Geography**. London: Arnold, 1969.

HEGEL, G. W. **Science de la logique**. Livre premier, trd. Jankélévitch. Paris: Galimard, 1949.

Leçons sur la philosophie de l’histoire. Paris: Vrin, 1967.

HERDER, J. G. **Idées sur la philosophie de l’histoire de l’humanité**. Paris: Agora, 1991.

HUISMAN, B; RIBES, F. **Les philosophes et la nature**. Paris: Bordas, 1990.

HUMBOLDT, A. **Cosmos**. Essa d’une description physique du monde. Trad. Por H. Faye, Paris, Gide et J. Baudry Libraires-Editeurs, 1848, 4 tomos, p.16.

KANT, E. **Critique de la raizon pure**. Paris: Flammarion, 1987.

Prolégomènes à toute métaphysique future qui pourra se présenter comme science. Paris: Vrin, 1967.

LA BLACHE, P. V. de. As Características Próprias da Geografia. **In:** CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 2.ed., 1985, p.37-47.

LA-COSTE, Y. **La géographie ça sert d’abord à faire la guerre**. Paris: Maspero, 1976.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de l’économie politique**. Paris: ed Sociales, 1977, p.151

NEWTON, I. **Principes mathématiques de Philosophie naturelle**, 1687, citado por HUISMAN, B; RIBES, F. *Les philosophes et la nature*. Paris: Bordas, 1990.

RATZEL, F. **La géographie politique** – Les concepts fondamentaux. Escolha de texto feita por François Ewald, Fayard, 1987, p.89.

RECLUS, E. Un géographe libertaire. **Hérodote**, n.22, jul./set., 1981.

RELPH, E. An Inquiry into the Relations Between Phenomenology and Geography. **The Canadian Geographer**, 1970, vol. XIV, n.3, pp.193-201.

RITTER, C. **Introduction à la géographie générale comparée**; trad. D. Nicolas-Obadia, Besançon, Cahiers de Besançon, n.22, 1974, p.37.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008. 5. ed.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, J. P **Critique of dialectical reason**, v. 1: theory of practical ensembles. Translation: Alan Scheridan-Smith. New York: Verso, 1991.

SAUER, C. O. **The Morphology of Landscape**. University of California, vol. 2, 1925, republicado em *Land Life: A selection from writings of Carl Ortwin Sauer*, University of California, 1963, pp.315-350.

Foreword to historical geography. **AAAG**, n.31, 1941, pp.1-24.

SCHAEFER, F. Exceptionalism in Geography: a Methodological Examination. **AAAG**, 1953, vol. XLIII, n.43, pp.226-249.

STRAHLER, A. N. **Elements of physical geography**. London: Wiley, 1951.

TUAN, Y. F. Humanistic Geography. **AAAG**, 1976, vol.66, n.2, pp266-276.

TUAN, Y. F. **Space and Place: Humanistic Perspective**. Progress in Geography, 1974.

Recebido em 07 de Setembro de 2020

Aceito em 14 de fevereiro de 2021

Publicado em 07 de maio de 2021